



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005666-26.2011.2.00.0000

Requerente: Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Regional

Requerido: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Rn

Advogado(s): RN005645 - Juliana da Silva Aguiar (REQUERENTE)

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO QUE DETERMINA QUE A INSTALAÇÃO E O ENCERRAMENTO DA PAUTA DIÁRIA DE AUDIÊNCIAS EM SISTEMA ELETRÔNICO DEPENDE DA INSERÇÃO DE MATRÍCULA E SENHA DO MAGISTRADO QUE IRÁ PRESIDIR-LAS. LEGALIDADE. CONFORMIDADE COM PRECEDENTES DESTE CONSELHO. UTILIZAÇÃO DOS DADOS PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO.

1. A determinação no sentido de que a instalação e o encerramento da pauta diária de audiências no sistema de acompanhamento processual deva ser precedida de autorização do magistrado que irá presidi-las, por meio da inclusão de sua matrícula e senha não representa controle da jornada de trabalho do juiz e encontra respaldo no art. 35, VI, da LOMAN.
2. O controle de ponto ou de jornada de trabalho não se confunde com pontualidade e assiduidade, que constituem deveres do magistrado previstos na LOMAN.
3. A Resolução n. 106 deste Conselho estabelece em seu art. 7º, I, b, justamente a possibilidade de, na promoção por merecimento, ser avaliada a dedicação do magistrado pela sua pontualidade nas audiências e sessões, motivo pelo qual não há óbice à utilização dos registros de que trata o ato administrativo atacado para fins de promoção por merecimento, considerando que a Suprema Corte ainda não se pronunciou acerca da constitucionalidade da Resolução n. 106.
4. Pedido improcedente.

RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região – AMATRA21, contra a Resolução n. 022/2011, do Tribunal Regional do Trabalho daquela Região, publicada em 22.06.2011, que determina que a instalação e encerramento da pauta diária de audiências no Sistema de Acompanhamento Processual de 1ª instância (SAP-1) seja precedida de autorização do magistrado que irá presidi-las, mediante a inserção de sua matrícula e senha no sistema.

A requerente alega que a resolução em tela encerra verdadeiro controle da jornada de trabalho dos juízes, o que é vedado pela LOMAN. Alega igualmente que tal controle seria inconstitucional, conforme a ADIn 4510/DF, a qual ainda está pendente de julgamento.

Daí porque pleiteia a sua alteração, a fim de que seja omitida dos considerandos a menção ao art. 7º, I, b, da Resolução CNJ n. 106/2010 e incluído dispositivo vedando expressamente o uso dos registros eletrônicos do referido sistema no controle de frequência ou pontualidade dos magistrados, especialmente para fins de promoção.

Em sede liminar, pleiteia a imediata suspensão da Resolução n. 022/2011 do TRT/21ª Região, até o julgamento do presente pedido.

Deixei para apreciar o pedido liminar, após as informações do Tribunal requerido.

Intimado, o TRT/21ª Região assevera (INF16) que a referida resolução foi editada com o objetivo de evitar a ocorrência de erros nos dados estatísticos relativos às audiências realizadas pelos magistrados, como vinha ocorrendo segundo constatado pela Secretaria da Corregedoria local. Diz que se o objetivo fosse fazer o controle do horário de início das audiências, não haveria necessidade de editar a resolução, uma vez que essa informação já constava do próprio sistema SAP-1.

Alega, ainda, que a resolução encontra respaldo na lei, que confere unicamente ao juiz competência para conduzir o processo.

Quanto à menção à Resolução CNJ n. 106 nos considerandos do ato ora impugnado, aduz que tal fato não constitui nenhum absurdo jurídico, uma vez que o STF ainda não se manifestou acerca da constitucionalidade da resolução deste Conselho.

O pedido de liminar foi indeferido, pois não vislumbrei a plausibilidade do direito invocado (DEC17).

É o relatório.

VOTO

O objeto do presente procedimento de controle é a Resolução n. 022/2011 do TRT/21ª Região, que possui a seguinte redação:

Resolução Administrativa nº022/2011

O Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Primeira Região, em Sessão Administrativa Extraordinária, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Ronaldo Medeiros de Souza,

com a presença dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais José Rêgo Júnior, Carlos Newton Pinto, Maria de Lourdes Alves Leite, Eridson João Fernandes Medeiros e José Barbosa Filho.

Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Paria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro.

Convocadas as Excelentíssimas Senhoras Juízas Ligya Maria de Godoy Batista Cavalcanti e Simone Medeiros Jalil, consoante Resoluções Administrativas nº 011/2011 e 034/2010, respectivamente.

Presentes, ainda, o Representante do Ministério Público do Ministério Público do Trabalho da 21ª Região, Dr. José de Lima Ramos Pereira, e a secretária do Tribunal Pleno, Tatyanna Bulhões Barreto de Paiva;

CONSIDERANDO o teor do art. 7º, I, alínea b, da Resolução nº 106 do CNJ;

CONSIDERANDO que a administração das audiências é ato privativo dos Magistrados;

CONSIDERANDO a necessidade de imprimir maior segurança aos atos processuais;

CONSIDERANDO os reincidentes equívocos constatados nos relatórios de produtividade mensais dos Juízes decorrentes de designação equivocada no SAP-1, por parte dos funcionários da Varas, de Magistrados para presidir determinada pauta de audiências;

RESOLVEU, por maioria, aprovada a proposta da Resolução nos termos propostos, vencidos o Desembargador Eridson João Fernandes Medeiros e as Juízas Simone Medeiros Jalil e Lygia Maria Godoy Batista Cavalcanti, que aprovavam com a exclusão do primeiro considerando constante da resolução,

Art. 1º. Determinar que a instalação e encerramento da pauta diária de audiências no SAP-1 (Sistema de Acompanhamento processual de 1ª instância) seja procedida de autorização do Magistrado que irá presidi-las, por meio de inclusão de matrícula e senha, devendo o referido sistema efetuar o registro automático desta composição para todas as audiências da pauta.

Art. 2º. As informações relativas à composição das audiências passarão a ser coletadas automaticamente do sistema, ficando vedada qualquer alteração em momento posterior à realização da pauta.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A requerente insurge-se contra o ato acima, alegando que o mesmo encerra verdadeiro controle da jornada de trabalho dos juízes, o que é vedado pela LOMAN e também por precedentes deste Conselho.

Entendo que não tem razão a requerente.

É que o controle de ponto ou de jornada de trabalho não se confunde com pontualidade e assiduidade. O juiz não se submete a controle do seu horário de trabalho. Todavia, é seu dever, nos termos do que dispõe o art. 35, VI, da Lei Complementar n. 35/1979, comparecer assídua e pontualmente às audiências:

Art. 35 - São deveres do magistrado:

(...)

VI - comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente ou a sessão, e não se ausentar injustificadamente antes de seu término;

Verifico, portanto, que a determinação no sentido de que a instalação e encerramento da pauta diária de audiências no SAP-1 deva ser precedida de autorização do magistrado que irá presidi-las, por meio da inclusão de sua matrícula e senha, encontra respaldo no dispositivo da LOMAN acima citado.

Como já dito, é certo que o juiz não está submetido a jornada fixada de trabalho, todavia os precedentes deste Conselho, como não poderia deixar de ser e, ao contrário do que alega a requerente, não eximem os magistrados do cumprimento do seu dever funcional insculpido no art. 35, VI, da LOMAN. Confira-se por todos os seguintes:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONSULTA. HORÁRIO A SER CUMPRIDO PELOS MAGISTRADOS. I. É dever do juiz comparecer e permanecer na sede do órgão judiciário em que lotado, durante o horário do expediente (LOMAN art. 35, VI); II. O juiz, todavia, não está submetido a jornada fixa de trabalho; as atividades realizadas pelo juiz no cumprimento de seus deveres funcionais não se restringem e não se exaurem na observância do horário do expediente do órgão judiciário". (PP nº 200710000010067, Relator Conselheiro José Adonis Callou, julgado na 50ª Sessão Ordinária, em 23.10.2007)

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PEDIDO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO PARA CONTROLE DA FREQUÊNCIA E ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALQUER IRREGULARIDADE OU DA NECESSIDADE DE SE IMPLANTAR TAL SISTEMA. – “Apesar do dever do juiz de cumprir os deveres do cargo, o exercício da função jurisdicional deve realizar-se com liberdade e independência. O controle do cumprimento desses deveres é imposição legal, nos termos do art. 35 da LOMAN, que prevê os deveres do magistrado relativos à pontualidade. Não há, todavia, critério rígido e previamente estabelecido para esse controle, ou carga horária estabelecida, considerando que ao julgador se concede margem de liberdade para melhor atender à atividade jurisdicional. (PP n. 2008.10.00.000292-0, Rel. Cons. Rui Stoco, j. 25.03.2008)

Ademais, no caso, como informado pelo TRT/21ª Região o ato ora impugnado foi editado com o objetivo de assegurar o controle da estatística referente à produtividade (realização de audiências) de cada juiz, tendo em vista a ocorrência de equívocos quanto aos dados estatísticos:

a Secretaria da Corregedoria, por meio da sua Coordenadoria de Estatística, encontrou, em diversas oportunidades, situações em que a produtividade de um magistrado, relativa à atuação em audiência,

constante do sistema de informática, havia sido conferida para outro. (INF16, p. 02)

Assim, como alegado pelo Tribunal Regional, buscou-se conferir maior segurança aos dados estatísticos relativos às audiências realizadas pelos juízes e de modo algum um controle de ponto.

Quanto ao pedido da requerente para que seja omitida dos considerandos do ato atacado a menção ao art. 7º, I, b, da Resolução CNJ n. 106, ou que os registros do sistema não sejam utilizados para fins de promoção, também não merece prosperar a pretensão.

Ora, a Resolução n. 106 deste Conselho estabelece em seu art. 7º, I, b, justamente a possibilidade de, na promoção por merecimento, ser avaliada a dedicação do magistrado pela sua pontualidade nas audiências e sessões, o que vem a ser bem diverso de um controle de ponto:

Art. 7º A presteza deve se avaliada nos seguintes aspectos:

I – dedicação, definida a partir de ações como:

(...)

b) pontualidade nas audiências e sessões

Desse modo, não vejo óbice à utilização dos registros de que trata a Resolução n. 22/2011 do TRT/21ª Região para fins de promoção por merecimento.

Por todo o exposto, VOTO pela improcedência do pedido.

Após as comunicações de praxe, arquivem-se.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 10 de Março de 2012 às 01:13:26

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
860ac2ca670a0aaceb646a44ca72674a



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **378387**



12032718103400000000000377679